

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

1. SECRETARIA REQUISITANTE

Secretária de Educação SANDRA MARIA ZARDO MORESCHO.

2. RESPONSÁVEL PELA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

Sandra Maria Zardo Morescho

Matrícula 4183-2

E-mail: educação@pmcordi.sc.gov.br

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

O município enfrenta desafios na gestão educacional que demandam ações coordenadas e suporte técnico especializado. Uma das principais necessidades é a revisão, atualização, adequação e implementação da proposta curricular da rede municipal às diretrizes nacionais, estaduais e regionais. Esse processo visa não apenas ajustar o currículo, mas também garantir que os conteúdos e práticas pedagógicas estejam alinhados às realidades locais e às necessidades dos alunos, promovendo conteúdos relevantes e coerentes com as normas vigentes.

Além disso, a gestão eficiente dos sistemas educacionais exige apoio técnico contínuo e qualificado, que permita a operacionalização de políticas públicas e a resolução de questões práticas nas escolas. Esse suporte técnico contribui para a agilidade e fundamentação de decisões estratégicas, assegurando a eficácia e eficiência das ações educacionais no município.

O acompanhamento das metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação (PME) é uma prioridade. Para isso, é fundamental realizar o levantamento de dados educacionais oficiais, elaborar notas técnicas e desenvolver análises que subsidiem o monitoramento e a avaliação contínuos das estratégias implementadas, garantindo que as metas não permaneçam apenas como intenções documentais, mas sejam efetivamente alcançadas.

A correta aplicação da metodologia do ICMS Educação é outro aspecto central. Essa abordagem impacta diretamente os indicadores de qualidade e a arrecadação de recursos necessários para melhorias na rede municipal de ensino. Uma assessoria técnica na compreensão e aplicação de metodologias é indispensável para otimizar esses indicadores, potencializando os resultados financeiros e educacionais.

O atendimento às demandas dos Conselhos Municipais e às recomendações emitidas pelo Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) e pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC) exige organização, assertividade e acompanhamento técnico contínuo. Esses órgãos desempenham papéis fundamentais na fiscalização e orientação das políticas públicas, e é imprescindível assegurar o cumprimento das exigências com planejamento detalhado e suporte adequado.

A implementação de políticas e programas educacionais, como educação em tempo integral, Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, Escolas Conectadas, Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ), Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e o Pacto pela Superação do Analfabetismo, requer planejamento cuidadoso, elaboração de projetos pedagógicos e suporte técnico para garantir resultados concretos e duradouros. Também é necessário realizar estudos de viabilidade e oferecer suporte especializado para sua implementação, visando ampliar as oportunidades de aprendizagem no município.

Para alcançar esses objetivos, o planejamento e execução de ações de formação continuada, alinhadas às necessidades específicas do município, são indispensáveis. Essas formações devem abordar práticas pedagógicas, gestão educacional e estratégias de implementação de políticas públicas, promovendo um aprimoramento contínuo dos profissionais da educação.

Outro ponto essencial é a necessidade de orientação técnica para a organização, aplicação e análise de avaliações diagnósticas e processuais. Ferramentas como o SAEB e o Alfabetiza SC são fundamentais para acompanhar o desempenho escolar e definir estratégias pedagógicas para a melhoria da aprendizagem.

Torna-se imprescindível fornecer orientação técnica para a elaboração, análise e interpretação de leis, editais, decretos, resoluções e demais documentos relacionados à Educação nos âmbitos federal, estadual e municipal. Esse trabalho deve ser realizado em articulação com a Assessoria Jurídica do município e outros setores competentes, assegurando que os aspectos legais estejam alinhados às demandas educacionais.

Além disso, as orientações gerais para a organização administrativa e o planejamento de encontros coletivos com os profissionais da Secretaria Municipal de Educação são ferramentas estratégicas para aprofundar estudos, identificar demandas e orientar ações legais, técnicas e pedagógicas. Esse trabalho deve ser realizado em regime de colaboração com o governo federal e outras instâncias, objetivando a melhoria constante da educação municipal e o atendimento das necessidades da população.

Diante dessas demandas, a contratação de serviços de assessoria educacional apresenta-se como uma solução indispensável. Essa assessoria integra a experiência local com a expertise técnica especializada, criando condições para avanços significativos na qualidade da educação municipal, alinhando demandas administrativas, legais, pedagógicas e financeiras, garantindo que todas as exigências e metas sejam atendidas de forma eficaz.

4. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

O município não possui Plano de Contratações Anual para 2025.

5. EXPECTATIVA DE RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

Ao apresentar as necessidades e expectativas para a gestão educacional do município, é necessário expor que os desafios enfrentados exigem organização e suporte técnico qualificado. Para garantir a qualidade da educação, é fundamental alinhar as práticas pedagógicas e administrativas às diretrizes nacionais, estaduais e regionais, considerando as características locais. Uma das prioridades é revisar, atualizar e implementar a proposta curricular da rede municipal. O objetivo é adequar a proposta curricular às normas e

necessidades dos estudantes e da comunidade escolar, com foco no desenvolvimento de competências e habilidades. Outro ponto importante é melhorar a gestão dos sistemas educacionais. Muitas decisões que afetam a qualidade do ensino dependem de dados confiáveis, análises técnicas e planejamento. O apoio técnico pode facilitar a tomada de decisões mais rápidas e consistentes, ajudando a resolver problemas práticos nas escolas. Acompanhar as metas do Plano Municipal de Educação (PME) também é uma prioridade. Para isso, é preciso coletar, analisar e monitorar dados educacionais de forma contínua. Esse trabalho permite avaliar as ações realizadas e corrigir rumos para garantir que as metas sejam cumpridas. A aplicação correta da metodologia do ICMS Educação é essencial para melhorar os indicadores de qualidade e aumentar a arrecadação de recursos financeiros. Esses recursos são importantes para investimentos na rede municipal e para fortalecer tanto a gestão financeira quanto a pedagógica.

O município também precisa atender às demandas de órgãos fiscalizadores, como o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) e o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC). É necessário organizar as informações e cumprir as exigências legais de forma clara e eficiente. Além disso, a execução de políticas e programas educacionais, como Programa Escola em Tempo Integral, Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e Pacto pela Superação do Analfabetismo, requer planejamento técnico, formação de professores e organização escolar. O objetivo é aumentar as oportunidades de aprendizado e fortalecer a rede municipal. Por fim, espera-se que a contratação de serviços especializados proporcione uma educação mais organizada e eficiente. Com o suporte técnico correto, o município pode enfrentar os desafios existentes e alcançar melhorias concretas na educação, atendendo às necessidades da população com qualidade e responsabilidade.

Assim, admite-se que a satisfação da demanda pode requerer a contratação de empresa especializada para atualização e implementação da proposta curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental da rede municipal, serviço técnico para suporte de sistemas (SIMEC, PDDE Interativo, SISCACS, SIGPC, PNL Digital), monitoramento do Plano Municipal de Educação (PME), suporte técnico e orientações sobre ICMS Educação, apoio aos conselhos, recomendações do MPSC e TCE-SC, assessoria na implementação da Educação em Tempo Integral, assessoria em Políticas e Programas do Governo Federal, planejamento e execução do programa de formação continuada para professores e gestores municipais, avaliação diagnóstica e processual para avaliações de larga escala (SAEB, Alfabetiza SC), suporte técnico nas legislações educacionais e apoio a gestão e coordenação escolar.

6. VALOR ESTIMADO

Para fins de abertura do processo licitatório, com base na solução encontrada, histórico do município e contratações similares, estima-se que o valor da eventual contratação seja próximo de **R\$ 86.400,00 (oitenta e seis mil e quatrocentos reais)**.

7. PREVISÃO DA DATA DE DISPONIBILIDADE

A previsão de conclusão do procedimento é no mês de janeiro.

8. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DOS DOCUMENTOS

Termo de Referência, pesquisa de preços, justificativas e demais documentos:

Sandra Maria Zardo Morescho
Matrícula 4183-2
E-mail: educação@pmcordi.sc.gov.br

Município de Cordilheira Alta (SC), em 23 de janeiro de 2025.

Sandra Maria Zardo Morescho
Secretária Municipal de Educação

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020.